

## OS INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

*Pedro Ignácio Schmitz\**

**RESUMO:** Os indígenas do Rio Grande do Sul foram incorporados na vida colonial ou nacional em movimentos diferentes e de forma distintas, em conformidade com o nível de seu próprio desenvolvimento e do estado em que se encontrava a população de origem européia que entrou em seu território. O Guarani, mais desenvolvido, foi incorporado como mão-de-obra quando a força de trabalho colonizadora era insuficiente, depois também para assegurar as fronteiras através de um assentamento estável. O Kaingang, o Minuano e o Charrua, menos desenvolvidos foram retirados do território, colocados em reservas ou exterminados, quando o seu território foi necessário para os descendentes de europeus, já agora numerosos. Esta história é feita principalmente a partir de documentos escritos, mas a contribuição dos arqueólogos para confirmá-la e aumentar sua credibilidade cresce de ano para ano.

No Congresso "América-92" propôs-se o estudo do encontro de culturas, um termo abrangente para tratar do processo da conquista e colonização das Américas.

Tratando desse processo no território que hoje é brasileiro, pouco entenderíamos da realidade se usássemos, para estudá-lo, o conceito de aculturação, que supõe populações suficientemente livres para trocarem entre si, autonomamente, elementos da cultura. O termo aculturação talvez possa ser usado para encontros de culturas nas primeiras décadas, ou em situações posteriores em que os conquistadores eram poucos e não contavam com estabelecimentos coloniais consolidados. Mas, na medida em que instalaram estabelecimentos coloniais, ou nacionais, e a população conquistadora ou colonizadora se tornou mais densa, este conceito não mais dá conta do processo do encontro dessas culturas. É que, neste momento, a relação deixa de ser igualitária e

\* Instituto Anchieta de Pesquisas; UNISINOS.

passa a ser de dominação, considerando os europeus e seus descendentes às populações nativas como troféu de conquista e botim a ser usufruído, ou, então, impecilho para seu pleno desenvolvimento; no máximo como uma população que deve ser civilizada e convertida à religião e ao modo de vida europeu. De qualquer maneira esta população deve ser incorporada na estrutura colonial para utilidade da metrópole, dos seus administradores e súditos.

A incorporação do índio na sociedade colonial não se processou de maneira uniforme no Brasil e nas áreas vizinhas da América espanhola. Ela se realizou diferentemente nas áreas de economia colonial forte e nas periféricas, dependeu da força dos agentes imediatos, que podiam ser fazendeiros ou missionários; mudou em conformidade com a evolução econômica e o deslocamento dos núcleos ativadores do encontro e dependeu finalmente do nível sócio-econômico das populações indígenas.

O Rio Grande do Sul era essencialmente uma região periférica no povoamento do Leste da América do Sul, estando longe de centros coloniais ricos, como eram o Peru e o Nordeste brasileiro. Ele não estava nem mesmo perto de centros coloniais secundários, como eram as vilas portuguesas de São Paulo e as vilas espanholas do Paraguai de então, o que retardou o processo de sua incorporação colonial. Ele se encontrava num espaço ambicionado por ambas as coroas ibéricas: a de Espanha, por estar a Ocidente da linha do Tratado de Tordesilhas; a de Portugal, que ambicionava incorporar as terras a Leste do rio Uruguay. Em conseqüência, as populações indígenas foram atingidas e disputadas por dois centros econômicos antagônicos e esta rivalidade e oposição é responsável pela sua ruína final.

Havia no território populações pertencentes a três grandes grupos culturais, que ocupavam espaços contíguos, mas ambientes diferentes: o Guaraní, que habitava as matas densas ao longo dos rios que descem do Planalto sul-brasileiro; o Guaianá (depois chamado Coroadó, finalmente Kaingáng) nas matas mistas com pinheiros e campos do Planalto; o Charrua e o Minuano nos campos das planícies onduladas do Sul. A história de cada um desses grupos é diferente, como veremos.

Embora, inicialmente, desejasse fazer esta história a partir de trabalhos arqueológicos, escassos e intermitentes, logo vi que era impossível sem a etno-história, mais intensamente pesquisada.

Caracterizarei para cada grupo indígena, a cultura, o impacto colonizador e, no fim, o trabalho arqueológico realizado.

### **O Guarani — incorporado como força de trabalho**

A informação sobre o modo de vida e a história do Guarani do começo da colônia é abundante na documentação espanhola (Meliá 1987, Coleção de Angelis, Cartas Anuas, Porto 1954, Furlong 1962, Basile Becker 1992) e muito reduzida na documentação portuguesa (Leite 1945). Pode ser aumentada com dados produzidos pela arqueologia que se ocupou com eles desde a década de 60 (Brochado 1973 a,b, 1984; Schmitz e outros 1990 e Schmitz 1991).

Habitantes das matas ao longo dos rios da encosta do Planalto e do litoral atlântico, era a população tecnológica, cultural e politicamente mais desenvolvida. Ocupava um território contínuo, do litoral até as margens do rio Paraguay e da borda das savanas tropicais até os campos do Sul, território do qual excluía qualquer outra população; mas não ultrapassava estes limites naturais.

Vivia de horticultura, coleta, caça e pesca. Morava em aldeias com cem, duzentos ou mais indivíduos, cujas atividades eram coordenadas por caciques de aldeia. Laços de parentesco e a partilha de uma só cultura ligavam as pessoas dentro da aldeia e com os moradores de outras aldeias próximas e distantes. Apesar de somarem algumas centenas de milhares de indivíduos, sendo a população indígena mais numerosa do Leste da América do Sul, não chegou a formar um estado, nem mesmo uma chefatura, ou ainda uma confederação estável de tribos. Ao tempo da conquista aparecem fortes lideranças regionais, falando em nome de numerosas aldeias e de seus caciques aldeões. Estas lideranças regionais são identificadas pelos cronistas da época, especialmente os missionários jesuítas, como caciques-pajés por englobarem em seu discurso e ação aspectos administrativos, militares, de estrutura social e também de organização religiosa. Eles se tornaram os intermediários do índio com a administração colonial.

O fato de serem muito numerosos, viverem em aldeias estáveis, densamente agrupadas, que mantinham estreito contato entre si, produ-

zirem abundante alimento e serem facilmente acessíveis pelos rios, o mar e seus próprios caminhos, fez deles um objeto mais fácil de conquista que os outros dois grupos. Foram buscados no primeiro momento da colonização quando a mão-de-obra de origem européia era escassa e por centros periféricos pobres demais para importar força de trabalho africana.

Eles foram atingidos primeiro pelos portugueses do Brasil, embora estivessem, em sua maior parte, a ocidente da linha do Tratado de Tordesilhas. O núcleo colonizador que se expandiu periférica, mas brutalmente por cima deles foram os povoados pobres de Piratininga e São Vicente, donde partiram, por um lado, caçadores de escravos para as plantações e, por outro, missionários com a intenção de aldeá-los nas suas terras de origem (no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul). Os preadores foram mais eficientes e rápidos e os missionários tiveram de levar para São Paulo ou o Rio de Janeiro os índios restantes de suas planejadas aldeias. Estas ações se desenvolveram, cronologicamente, no 4º quartel do século XVI e no primeiro do século XVII e deixaram o bem povoado litoral sem habitantes. As histórias dos removidos para São Paulo e o Rio de Janeiro, como escravos ou aldeados, ainda não mereceu a necessária história.

O Guarani, que estava no interior do Estado, nas bacias dos rios Jacuí e Uruguai, em território atribuído à Espanha, foi atingido pela frente espanhola, vinda pelo rio da Prata e que se expandia a partir de Asunción, no Paraguay.

Como o Tupi de São Paulo acolhera em suas tribos os primeiros portugueses, assim o Guarani da margem Oriental do rio Paraguay recebera os primeiros espanhóis, tornando possível sua instalação já a partir de meados do século XVI, antes de os paulistas chegarem no Sul do Brasil. A sustentação amiga, que oferecia aos recém-chegados suas mulheres, seu alimento e serviço, levou à miscigenação e aculturação em grande escala. Mas transformou-se rapidamente em dependência e servidão através de instrumentos coloniais, como a *encomienda*, a *mita* e o *yanacolato*. Essas instituições servis alargaram-se por cima do Guarani da Bacia platina a partir de Asunción e dos núcleos criados no atual estado do Paraná (Villa Rica del Espíritu Santo e Ciudad Real del Guayrá) e do Mato Grosso do Sul (Xerez, nas margens do rio Miranda).

A encomienda, a mita e o yanaconato eram as formas de organização da mão-de-obra indígena a favor dos colonizadores do Paraguay. O elo entre o colonizador e a massa indígena eram os caciques, especialmente os que haviam conseguido destaque regional.

Como a primeira expansão do Paraguay se fez ao longo do rio Paraguay e do rio Paraná, o índio do Rio Grande do Sul, que estava mais afastado, nas bacias do rio Uruguay e do rio Jacuí não foi, neste momento, atingido pelas instituições espanholas.

Mas quando, a partir de 1610, o governo do Paraguay, buscou por um lado coibir os abusos na exploração da mão-de-obra indígena e tornar mais efetiva a cristianização e incorporação dos índios, se instalou o sistema das reduções, primeiro nas áreas atingidas pela *encomienda*, mas logo também nos outros territórios ocupados pelo Guarani, nenhum índio desse grupo, no Rio Grande do Sul, escapou de sua ação.

No sistema da encomienda, da mita e do yanaconato para que os colonos espanhóis pudessem sobreviver, explorava-se de tal modo a força de trabalho indígena que levava ao impasse sua sobrevivência individual e coletiva: extraíam-se índios temporária ou permanentemente de suas aldeias, dispersando-os pelo território, reduzindo a força de trabalho nas suas comunidades, interferia-se nas suas crenças através de missões volantes, mas não se criava para eles uma nova estrutura que lhes garantisse a sobrevivência e a participação na organização colonial.

O sistema da redução subtraiu do colono espanhol a força de trabalho indígena e a organizou em comunidades autônomas *sui generis*: reuniu as aldeias indígenas para formar incipientes núcleos urbanos, construiu uma nova economia, introduziu uma nova religião e tornou esses indivíduos diretamente dependentes da Coroa, excluindo qualquer intermediação.

Também a redução usou os caciques como seus contatos. Eram novamente os caciques regionais, que durante a servidão anterior haviam sido engajados e, como líderes das populações oprimidas, haviam chefiado numerosas e longas revoltas, que agora se puseram a favor ou contra o novo sistema missionário. Havia razões a favor, como a libertação de um regime intolerável de servidão e havia razões contra: a condenação de sua estrutura social, onde se incluía a poligamia e a

chefia religiosa de um pajé-deus, bem como suas crenças e práticas, entre as quais as bebedeiras rituais.

A atuação desses caciques foi marcada pela morte de diversos missionários, por guerras contra os recalcitrantes à missão e pela instalação final de reduções em todo o território guarani. A partir de 1626 instalou-se no Rio Grande do Sul quase uma dúzia e meia de reduções, cada uma com alguns milhares de índios, atingindo até o limite onde os paulistas estavam preando escravos. Consolidavam, com isso, o território colonial.

Mas não duraram muito. A partir de 1636, bandeirantes paulistas, depois de terem destruído 11 das 13 reduções do Guayrá (PR) e as 4 reduções do Itatim (MS), avançaram sobre as reduções do Rio Grande do Sul, arrasando as quatro mais avançadas para o Leste e levando milhares de índios cristianizados ou catecúmenos para as fazendas do Brasil.

As razões, que se costumam aduzir para esses ataques dos bandeirantes são, primero, a falta de mão-de-obra para as fazendas do litoral brasileiro, agravada pela interrupção do tráfico de africanos pelos holandêses, segundo, a vontade dos portugueses de levar a fronteira até o rio Uruguai e manter livre o caminho para o comércio com Buenos Aires e, mais ao Norte, com o Peru.

As demais reduções do Estado se transferiram, às pressas, para a Argentina, onde mais facilmente se puderam defender do avanço bandeirante, que finalmente foi detido com a colaboração das forças de vários desses povoados missionários.

Os índios transferidos construíram novas cidades. Cinquenta anos mais tarde uma parte deles voltou à sua antiga região, levantando, pela terceira vez, sete características cidades, onde viveram tranqüilos por 70 anos, falando guarani, sob a coordenação de seus caciques, agora transformados em funcionários públicos, dentro de um sistema colonial.

A partir de 1750, conflitos por causa de regularização de fronteiras entre Espanha e Portugal, com transferência das sete reduções ora para o domínio de Portugal, ora para o de Espanha (1750, 1767, 1770) e a expulsão dos jesuítas (1768), animadores da nova sociedade, levaram essas reduções à ruína e ao abandono em que se encontram hoje.

Pequenos grupos desses índios ficaram perambulando pelas va-

carias, estâncias e povoados. Grupos grandes foram transferidos para dentro do território português, reforçando incipientes núcleos lusos (Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí, perto de Santo Antônio da Patrulha; São Nicolau, perto de Rio Pardo, etc.). Estas populações de índios cristãos e completamente civilizados da Província do Paraguai, foram obrigados a usar nomes portugueses e rapidamente se misturaram com as dos povoados e das fazendas lusas, tornando-se co-fundadores da sociedade do Rio Grande do Sul.

Não há consenso entre os antropólogos, se houve índios que voltaram a seu antigo modo de vida no mato, depois da destruição das missões.

Mas, curiosamente, nas últimas décadas está voltando ao Rio Grande do Sul um grupo relativamente grande (uns 2.000 mbya), vindos das reservas argentinas, onde são numerosos. Fogem das reservas brasileiras e da FUNAI. Esforçam-se por viver como guarani autênticos, segundo o modo de vida dos antepassados, mas que se professam não índios do mato, mas civilizados, porque seus antepassados teriam sido os jesuítas. Apesar de manterem seu próprio modo de vida, necessário para encontrar a terra sem males, que procuram, buscam a proximidade de cidades populosas porque a venda de artesanato complementa sua produção agrícola. (Vietta, 1992)

Em que medida os arqueólogos contribuíram para o conhecimento da cultura e da história dessa população?

Especialmente entre 1965 e 1972, em menor ritmo posteriormente, o trabalho dos arqueólogos esteve fortemente ligado à localização, datação e definição da cultura material dos sítios pré-coloniais. Mas só muito mais recentemente eles se voltaram efetivamente para os restos coloniais.

Muitas centenas de sítios, taperas de aldeias pré-coloniais, foram localizados, servindo para delimitar seu tamanho e composição, implantação na paisagem e dispersão no espaço. Geralmente tratava-se de pequenos assentamentos, de várias habitações construídas com materiais perecíveis, agrupadas sem um plano único. Eram maiores quando em várzeas perto de rios e menores quando afastadas, nas encostas do planalto ou nos cerros. Ocupavam áreas de densas matas subtropicais dos vales dos rios que descem do Planalto sul-brasileiro, subindo ao

longo deles até uma altitude de uns 300 m. O lugar de suas habitações está marcado por abundantes resíduos não removidos, que formam camadas de 20 a 30 cm de espessura, contendo fragmentos de uma cerâmica variada em tamanho e forma, com superfícies externas lisas, pintadas ou com acabamento plástico. O lixo acumulado durante alguns anos, dentro das casas, pode ser considerável. (36.000 cacos dentro de três habitações de uma só aldeia). Em menor quantidade aparece o instrumental em pedra, caracterizado por lâminas polidas ou lascadas de machados ou talhadores, facas, polidores, afiadores, lascas, percutores e ornamentos. Também podem ser recuperados restos de alimentos animais, onde se destaca a caça do mató, peixes e moluscos fluviais; mas também alguns ossos humanos provenientes de rituais antropofágicos. Na proximidade das habitações costuma haver um cemitério de urnas, onde os mortos eram colocados, completamente fletidos, acompanhados de pequenos recipientes cerâmicos e ornatos.

Algumas dezenas de datas de C<sup>14</sup> sinalizam as primeiras ocupações da área para alguns séculos depois de Cristo e mostram que a expansão se realizou em ondas sucessivas de colonização até ocupar toda a mata, alguns séculos antes da chegada dos europeus.

É impressionante o grau de homogeneidade da cultura material recuperada não só no Rio Grande do Sul, mas em toda a área ocupada pelo Guarani, desde o Pantanal do Mato Grosso até a altura de Buenos Aires, do litoral atlântico até o rio Paraguay.

A visão da vida pré-colonial oferecida pelos arqueólogos é muito fragmentária e toma sentido apenas quando complementada por documentos escritos. Brochado (1973 a,b, 1984) fez uma síntese dos principais dados disponíveis naquelas datas; Schmitz e outros (1990) divulgam a primeira escavação de uma aldeia.

O trabalho relacionado com a modificação produzida pelo colonizador ainda é pouco expressivo.

Nada existe quanto à expansão portuguesa, a caça dos índios e o intento de aldeá-los no litoral. Schmitz (1958) registra alguns elementos coloniais num sítio Tupi-guarani do litoral do Rio Grande do Sul, que poderiam estar relacionados com essa expansão.

Da primeira etapa das reduções, no segundo quartel do século XVII, sabe-se apenas a localização de três das 16 reduções. Esta locali-

zação foi muito importante porque mostrou que a cultura material encontrada nas aldeias pré-coloniais se achava inteira ali, acrescida de muito poucos elementos coloniais trazidos pelo missionário. Apesar de não terem durado mais que 4 a 9 anos, a estrutura já não era a de aldeias indígenas, mas de incipientes cidades. Numa dessas reduções, Jesús María, perto de Candelária, destruída pelos bandeirantes, está manifesta a situação de conflito numa taipa e fosso protetores e restos de armas brancas e de fogo, de origem colonial. Esta pequena escavação é a única realizada em reduções desta etapa (Mentz Ribeiro e outros, 1976).

Nas reduções construídas a partir de 1682, quando os descendentes dos índios fugidos do Rio Grande do Sul para a Argentina voltaram à antiga região, houve ou está havendo escavações em algumas delas. Houve uma intervenção ampla, escavando a praça central e parte das construções contíguas, na Redução de São Nicolau. As poucas divulgações orais feitas pelo autor (La Sálvia em seminários e simpósios) mostram a estrutura central de uma cidade que, apesar de ocupada só por índios, segue totalmente o modelo estabelecido pela legislação espanhola para os estabelecimentos coloniais.

Em processo, estão intervenções em diversas outras dessas cidades: em São Miguel, com fins de consolidação das ruínas e compreensão dos espaços; em São João e São Lourenço para compreensão do plano urbanístico e recuperação da cultura material (Equipe formada pelos profissionais da PUCRS de Porto Alegre, do IBPC e do Centro de Cultura Missioneira da FURI, hoje Universidade Regional Integrada do Alto Vale do Rio Uruguai).

Estas reduções, tanto no plano urbanístico, como na cultura material, já são plenamente coloniais, como era sua população indígena, cristã e civilizada.

Dos índios retirados dessas reduções, depois da primeira guerra das Missões (Tratado de Madrid, de 1750) e aldeados junto ao povoado português de Rio Pardo, há um estudo inicial de Mentz Ribeiro e outros (1988), onde, a partir de uma pequena escavação e estudo documental, se mostra uma progressiva aculturação dessa população com o núcleo português.

A Escola Internacional de Escavação inaugurada em maio do corrente ano junto às ruínas da redução de São Miguel, deverá acelerar

o conhecimento desta parte da história colonial que, apesar de espanhola de origem, faz agora parte do território brasileiro e está incorporada, desde muito, em sua mitologia e folclore.

### **O Guaianá — aldeado para liberar a terra para o branco**

Este grupo, no começo da colonização, é denominado Guaianá, na maior parte do século XIX de Coroado ou Bugre, a partir do fim desse século de Kaingáng.

A informação sobre o modo de vida e a história da população Guaianá do começo da colônia é quase nula porque nem os bandeirantes paulistas parecem ter tido maiores contatos com eles, apesar de passarem por seu território para alcançar as reduções do Tape, nem os missionários portugueses. Estes fizeram algumas tentativas de missão, mas fracassaram e abandonaram a empresa (Leite 1945).

Na seqüência de fundações missionárias do Guairá aparece uma redução entre os Guaianá, dos quais se descrevem alguns costumes; mas a redução logo desaparece. (Montoya 1892)

Num período de busca de força de trabalho não estariam oferecendo as condições desejadas. Por isso eles não aparecem durante o resto do século XVII e o século XVIII, voltando ao foco só no século XIX, com a colonização do interior. O que aconteceu com eles durante este tempo é completamente desconhecido, não se sabendo se continuavam nos mesmos lugares, quantos eram e como viviam.

Eles vão ser notados quando a colonização feita pelos fazendeiros nos campos altos e os alemães nas matas da encosta do Planalto entram em seu território e passam a considerá-los um estorvo para a ocupação efetiva do território.

Desde 1829 são registrados contatos entre os colonizadores e os índios, por iniciativa destes, que se chegam às roças ou casas dos moradores brancos em busca de alimentos e metais.

No Rio Grande do Sul conhecem-se, neste tempo, três tribos, dos grandes caciques Braga, Fongue e Nonohay, que possuíam um total de uns 2.000 índios. Viviam nos matos mistos com pinheiros do Planalto, sendo pequenos cultivadores de milho, dependendo fortemente

da colheita do pinhão, da caça, da pesca e da apanha de moluscos lacustres. Habitavam em casas de palha, reunidas em pequenas aldeias. Os grupos familiares de cada uma das tribos competiam fortemente entre si, cada um deles ambicionando a coordenação geral.

Porque impediam o desenvolvimento da colonização dos matos pelos alemães e molestavam as fazendas de criação da população lusa, começaram a ser reprimidos e na década de 40 foram aldeados, liberando o território para os fazendeiros lusos e os colonos alemães. Primeiro buscaram-se para eles religiosos que os catequizessem e, por falta de êxito destes, foram entregues a chefes leigos. Com a ação protetora, primeiro do governo da província, depois do governo federal através do SPI e depois da FUNAI, seu número começou a crescer e hoje são duas ou três vezes mais numerosos do que ao tempo de seu aldeamento, um século e meio atrás. As diversas reservas em que vivem, embora com o território em diminuição, são bastante grandes. Nelas vivem como agricultores, em casas de madeira construídas pelo SPI, praticamente não saindo da reserva e sem criar problemas para a população branca, dona agora de suas antigas terras.

Há uma mestiçagem progressiva. Nominalmente católicos, sofrem a influência de igrejas evangélicas tradicionais e proselitistas. Falam português. Apesar de fortes perdas nas suas antigas tradições, crescem também entre eles as novas tendências de auto-identificação indígena.

Sua cultura e sua história foi descrita por Basile Becker (1976), apoiada principalmente nos relatos do Coronel Alphonse Mabilde, que viveu entre eles como prisioneiro na década de 30 do século passado e construiu estradas estaduais por meio do seu território, um pouco antes de seu aldeamento.

Não é muito o que puderam fazer os arqueólogos com relação à sua cultura e história. O trabalho na área não foi muito intenso, mas produziu uma série de referências. Arqueologicamente o espaço é caracterizado por uma tradição ceramista bem definida, a Taquara. (Schmitz, 1988)

Os melhores indicadores da tradição certamente são as aldeias de habitações subterrâneas, agrupadas, com os montículos de sepultamentos espalhados entre elas, que ocupam praticamente todo o espaço das matas mistas com pinheiros. Na encosta do Planalto as habitações são

superficiais e no litoral aparecem como pequenos concheiros. Aparentemente a tradição dominava os três ambientes, cada um dos quais oferecia recursos diferentes para a sua sobrevivência. A mesma cerâmica, de vasilhames pequenos, decorados cuidadosamente por ponteados, pinçados, impressões de cestaria e acabamentos semelhantes se encontra em todo o território. No planalto é característica ainda a grande mão-de-pilão em pedra e a intensa utilização do retalhamento bipolar do quartzo micro ou macrocristalino.

Como no século XIX havia três tribos bem diferentes, no período pré-colonial, os arqueólogos também podem distinguir três ou quatro variantes, que eles chamam fases.

Essa tradição é registrada por primeira vez em meados do segundo século de nossa era e se prolonga ao menos até o fim do século XVI. Embora não tenhamos absoluta certeza de que o Kaingáng de agora seja o descendente da tradição Taquara, a probabilidade é muito grande: as datas de casas subterrâneas continuam até o fim do século XVI, há uma longa seqüência de sepultamentos de caciques antecessores de Braga, que viveu no começo do século XIX e falta qualquer outro grupo indígena que possa pleitear como sua a tradição Taquara.

### ***Charrua e Minuano — massa de manobra, que se torna incômoda e tem de morrer***

A documentação é fundamentalmente de origem espanhola e se refere principalmente aos conflitos e guerras que os espanhóis lhes moveram. (Basile Becker 1984, Acosta y Lara 1961 e 1969/70)

Viviam em pequenas tribos de caçadores-pescadores coletores pedestres nos campos ondulados do Sul do Rio Grande do Sul e da R.O. do Uruguay.

O Charrua estava mais perto do rio Uruguai e por isso foi encontrado pelos primeiros navegantes que entraram pelo rio da Prata. Teriam sido eles os matadores de Solis e da tripulação de seu barco, já em 1515. Teriam continuado depois a molestar os navegantes. Tentativas de aldeá-los falharam.

O Minuano vivia no interior, em direção ao oceano e às lagoas

costeiras, que só na metade do século XVIII começaram a interessar a portugueses e espanhóis. No século XVII houve uma tentativa de reunir um grupo deles numa redução, mas eles logo se dispersaram, voltando a vagar pelos campos como antes.

As vacarias formadas pelos colonizadores espanhóis (governadores, jesuítas e moradores), que cobriram os campos com milhões de reses soltas ou semi-controladas, modificaram a vida dessas tribos, transformando os caçadores-pescadores-coletores generalizados em caçadores eqüestres de gado, mais móveis que antes e provavelmente mais unidos aos seus caciques, agora mais importantes porque coordenavam a caça de gado, o roubo de cavalos para o contrabando e a guerra, ora a favor de um conquistador, ora a favor de outro. Colônia do Sacramento, Montevideo e Rio Grande eram, neste momento, os pontos avançados dos colonizadores.

As vacarias foram, aos poucos, dando origem a estâncias e fazendas e ao tempo da independência da República do Uruguay (1811), o território estava todo apropriado pelos colonos que passavam a queixar-se do roubo de gado e cavalos que os índios praticavam para suprirem suas necessidades de sobrevivência. Estes eram aproximadamente 2.000 e haviam lutado como tropas livres nos exércitos do General Fructuoso Rivera, enquanto se travavam as guerras da independência.

No pequeno território da nova república não havia espaço para uma grande reserva, viver à maneira dos colonos os índios se negavam. Então a população, irritada frente aos atropelos, pediu a seu governante que a livrasse dos índios. Isto foi realizado à traição: o general que os comandara durante os combates convidou-os para nova guerra (que seria contra o Brasil) e quando estavam reunidos, foram cercados pelo exército e massacrados. Os homens maiores de 12 anos foram mortos, as mulheres e crianças distribuídas entre os povoadores, com o que o modo de vida indígena desapareceu dos campos. Hoje uma porcentagem bem alta da população de Montevideo, tem em seu sangue uma parcela indígena. (Mônica Sanz, I Congreso da ALAB, Montevideo, dezembro de 1990)

Na região há muitos sítios arqueológicos sob a forma de aterros em áreas sujeitas a alagação, mas também ao longo dos rios e nos cerros. Numa seqüência de aterros com cerâmica da tradição Vieira, que come-

çam 400 anos a.C., o mais recente está datado em 1750 de nossa era, quando na proximidade já existia o forte que deu origem à cidade de Rio Grande, junto à qual vivia um grupo numeroso de minuanos. Há também sítios coloniais antigos, em cujas camadas se encontra cerâmica Vieira, pontas-de-projétil e produtos coloniais importados.

A mesma ligação não se conseguiu estabelecer para o Charrua, em cujo território sítios semelhantes, com cerâmica parecida existem em quantidade. (Schmitz, 1976)

### Considerações finais

Para finalizar este pequeno relato, podemos dizer que na relação do colonizador com o índio do Rio Grande do Sul se percebem, imediatamente, dois momentos:

1. Quando a população colonizadora é pequena, procura o indígena não tanto pela terra que este ocupa, mas como força de trabalho para a sua lavoura pobre, que, mesmo sendo pequena, visa a exportação. Logo também para assegurar a posse do território através de sua fixação no solo. Isto se dá nos séculos XVI, XVII e XVIII. A população buscada é a que se apresenta mais numerosa e economicamente organizada, sendo mais fácil de atingir e mais apta para o que dela se espera. As populações pouco desenvolvidas e pouco numerosas, mesmo que inicialmente haja alguma tentativa de incorporação, são logo abandonadas a seu destino.

No procedimento há diferenças entre as duas metrópoles, mas o fazendeiro costuma usar essa mão-de-obra com menos respeito pela sua durabilidade e a sobrevivência do grupo do que o missionário que, através da criação de novas estruturas dentro da organização colonial, busca para ela melhor qualidade de vida e maior autonomia.

Esta é a história do Guarani.

2. Quando a mão-de-obra de origem européia, nascida aqui ou trazida de além-mar, cresce, o índio que sobreviveu à primeira etapa

não é mais pensado como força de trabalho, mas como impecilho para ocupação efetiva do território pelo europeu.

Se o território o permite, criam-se reservas nas quais os índios são confinados, liberando o resto do espaço, como se fez com o Kaingáng. Se o território é pequeno, a organização indígena pode ser efetivamente destruída e os indivíduos desintegrados incluídos na população de origem européia, como aconteceu com o Charrua e Minuano. Existe um período de transição, quando os núcleos de colonização ainda estavam mal consolidados, em que se usou o índio, que ainda era dono do espaço, como aliado e massa de manobra.

Só o índio Guaianá, confinado em reservas, sobreviveu à crise da conquista e manteve seu contingente populacional e, até certo ponto, sua identidade étnica. O Guarani, que formava uma minoria numerosa e aparentemente viável na colônia espanhola, como vivia numa fronteira, teve seu futuro comprometido pelas sucessivas mudanças políticas, sucedidas de guerras, primeiro das metrópoles no estabelecimento de limites, depois dos estados nacionais, lutando entre si pela supremacia.

Aquelas populações que desapareceram como entidades étnicas (Guarani, Charrua e Minuano) são as que deixaram maior quantidade de sangue e de tradições na população atual, ao passo que o grupo que sobreviveu se manteve isolado física e culturalmente.

**ABSTRACT:** *The indians and the colonisation in Rio Grande do Sul.*

— The indians of Rio Grande do Sul have been incorporated in the colonial or national life in different periods and ways, according to the level of their development and the conditions of the population of European origin that settled in their lands. The Guarani more developed have been incorporated as labor force when the colonization work power was insufficient, also for securing the boundaries through a standing settlement. The Kaingang, Minuano and Charrua indians, less developed, have been taken out of their lands, settled in reservations or eliminated when their lands were needed for the European descendants, in an always increasing number. That history is built up mainly through written documents, but the contributions of the archaeologists confirming that history and increasing its credibility grows each year.

## Bibliografia

- A COSTA Y LARA, E.F. *La Guerra de los Charrúas en la Banda Oriental. Período Hispánico*. Impresores Monteverde y Cia. S.A. Montevideo. 1961.
- \_\_\_\_\_. *La Guerra de los Charrúas en la Banda Oriental. Período Patrio I-II*. Ibidem. 1969/70.
- BASILE BECKER, I.I. O índio kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia* nº 29. 1976.
- \_\_\_\_\_. El indio y la colonización. Charrúas y Minuanes. *Pesquisas, Antropologia* nº 37. 1984.
- \_\_\_\_\_. Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da Província do Paraguay. *Pesquisas, Antropologia* nº 47. 1992.
- BROCHADO, J.J.P. *Desarrollo de la tradición alfarera Tupiguaraní*. Publicações do Gabinete de Arqueologia da UFRGS, nº 3. 1973 a.
- \_\_\_\_\_. *Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguaraní. Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, nº 4:7-39. 1973 b.
- \_\_\_\_\_. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America. *Urbana*, II. 1984.
- CARTAS ANUAS DA PROVINCIA DO PARAGUAY, CHILE E TUCUMÁN 1609-1768, traduzidas e organizadas por Carlos Leonhardt, Buenos Aires.
- COLEÇÃO DE ANGELIS, guardada na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro.
- FURLONG, G. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Imp. Balmes, Buenos Aires. 1962.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. V. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1945.
- MELIÁ, B., SAUL, M.V. DE A. *O Guaraní, uma bibliografia etnológica*. Fundação Nacional Pró-Memória/FUNDAMES, 1987.
- MENTZ RIBEIRO, P. e outros. A redução jesuítica de Jesus Maria, Candelária, Rio Grande do Sul - Nota Prévia. *Revista do CEPA* nº 4. Santa Cruz do Sul. 1976.
- \_\_\_\_\_. RIBEIRO, C.T. & SILVEIRA, I. da. Arqueologia e história da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, RS, Brasil. *Revista do CEPA* nº 15 (18). 1988.
- MONTOYA, A.R. de. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná y Tape*. Bilbao. 1892.
- PORTO, A. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 2ª Ed. 1957.
- SCHMITZ, P.I. Paradeiros guaranis em Osório, Rio Grande do Sul. *Pesquisas* 2:112-143. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo. 1976.
- \_\_\_\_\_. e outros. As tradições ceramistas do Planalto Sul-brasileiro. In *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos* 02:75-130. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo. 1988.
- \_\_\_\_\_. e outros. Uma aldeia guarani. Projeto Candelária, RS. In *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos* 04:7-130. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo. 1990.
- \_\_\_\_\_. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. In *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos* 05:31-66. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo. 1991.
- VIETTA, K. Mbya: *Guarani de Verdade*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre. 1992.